

ASCENSÃO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS NO BRASIL - RESISTÊNCIAS E ESTRATÉGIAS PARA EXPANSÃO E ACESSO DO CONSUMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

RISE OF AGROECOLOGICAL FAIRS IN BRAZIL - RESISTANCES AND STRATEGIES FOR EXPANSION AND ACCESS TO HEALTHY FOOD CONSUMPTION

Autor: Éder Lira de Souza Leão

Filiação Departamento de Ciências do Consumo – Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail eder.leao@ufrpe.br

Grupo de Trabalho (GT): 5. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero

Resumo

Esse estudo apresenta uma discussão sobre alguns dos aspectos históricos que contribuíram para a ascensão das chamadas feiras de agricultura de base familiar, especialmente as orgânicas ou agroecológicas no Brasil. Fez-se uma análise teórico-histórico que se inicia com a necessidade de construir e compreender quem são os agricultores familiares dessas feiras agroecológicas, seus aspectos históricos, conceituais e as questões que tenham influenciado na constituição e organização dessa categoria social, bem como relacionando a expansão do interesse por alimentos saudáveis e ecológicos no atual cenário econômico e social. A metodologia seguiu com base em levantamentos na literatura histórico-científica sobre o desenvolvimento da agricultura familiar e as feiras agroecológicas, por meio de coleta de informações em publicações, documentos e sites institucionais de organizações sociais, associações e instituições públicas. Delineou-se sobre alguns dos aspectos históricos de surgimento das feiras de agricultura de base familiar, como o processo de valorização da produção, renda e trabalho, a ressignificação do conceito do ser agricultor familiar, bem como a modernização agrícola e o desemprego no setor também foram disruptivos para uma crítica e estímulo a uma expansão pelo consumo de alimentos saudáveis, naturais e orgânicos. Por fim, se desenvolveu para compreender mais sobre os agricultores familiares nas feiras agroecológicas atuais e algumas características desses espaços no Brasil.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Agroecologia; Feiras; Produtos agroecológicos.

Abstract

This study presents a discussion on some of the historical aspects that have contributed to the rise of so-called family-based agriculture fairs, especially organic or agroecological ones, in Brazil. A theoretical-historical analysis was conducted, beginning with the need to build and understand who the family farmers are in these agroecological fairs, their historical and conceptual aspects, and the issues that have influenced the formation and organization of this social category. This analysis also relates to the growing interest in healthy and ecological food in the current economic and social scenario. The methodology was based on surveys of historical and scientific literature on the development of family farming and agroecological fairs, through the collection of information from publications, documents, and institutional websites of social organizations, associations, and public institutions. The study outlined some of the historical aspects of the emergence of family-based agriculture fairs, such as the process of valuing production, income, and labor; the redefinition of the concept of being a family farmer, as well as agricultural modernization and unemployment in the sector, which have also been disruptive for a critical view and stimulus for an expansion in the consumption of healthy, natural, and organic foods. Finally, the study was developed to further understand the family farmers in current agroecological fairs and some characteristics of these spaces in Brazil.

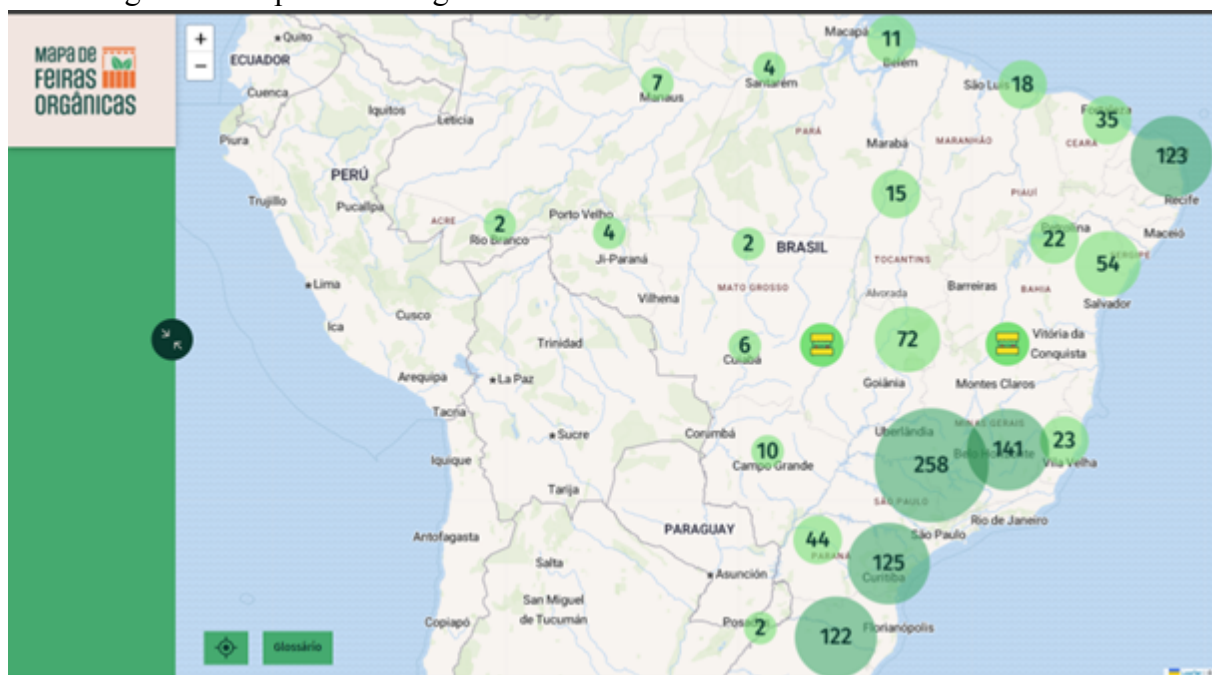
Keywords: Family farming; Agroecology; Fairs; Agroecological products.

1 Introdução

O Brasil teve uma rápida expansão desde os anos 1990 na produção, promoção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, especialmente aqueles vendidos nas chamadas feiras e espaços agroecológicos ou orgânicos localizados nas ruas, praças, parques, estacionamentos, órgãos públicos, entre outros locais.

Atualmente são cerca de 904 feiras orgânicas ou agroecológicas, de acordo com Mapa de Feiras Orgânicas do Idec de 2024 (Fig. 1). Nesses espaços, são os próprios produtores familiares que se deslocam para a metrópole ou localidade urbana, articulam institucionalmente o poder público com apoio de movimentos e organizações sociais, comercializam o valor do trabalho e interagem com os consumidores, agricultores de outras associações e demais atores. Durante todo este caminho os produtores familiares agroecológicos desenvolvem relações que transpõem a mera transação comercial utilitária.

Figura 1 - Mapa Feiras Orgânicas 2024 - IDEC



Fonte: Print da página Idec: <https://feirasorganicas.org.br/>

Nestas feiras são criadas relações diversas entre produtores e consumidores de caráter econômico, mas, igualmente, afetivas e solidárias. Podemos observar um sistema de trocas baseado em doações, recepções e retribuições de bens diversos que lembram o sistema de dádiva sistematizado pelo sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, que nos possibilita uma abordagem interacionista adequada das práticas comerciais e do trabalho, envolvendo produtores/vendedores e consumidores/clientes (Martins, 2005; Caillé, 2009).

A partir desses espaços urbanos, o agricultor que sai do território rural passa a construir novos vínculos, e por sua vez, novas estratégias e práticas, pois vender um produto orgânico na feira e obter dinheiro por meio disso não é o único aspecto de troca que podemos observar. Ocorrem nas feiras outras trocas como vínculos de solidariedade entre produtor-produtor, produtor-consumidor, e também consumidor-consumidor, pois todos estes têm nessas feiras a oportunidade de vivenciar experiências de sociabilidade que são ausentes em outros locais de comércio.

Dentro dessa expansão da comercialização e das relações entre rural e urbano nestas últimas décadas, surgem aspectos da vida cotidiana que implicam numa nova perspectiva das interações sociais e econômicas locais. A questão do alimento “limpo”, os modos de apresentação dos produtos, os locais de venda (urbano), os locais de produção (rural), as relações de trabalho entre os associados (ou cooperados), as relações entre vendedores e consumidores configuram, no nosso entender, um sistema de relacionamentos particular que merece ser estudado. Ele tem mudado a configuração do sistema de produção e comercialização da agricultura familiar, além da base de alimentação e principalmente de relações que são construídas e impactam no cotidiano daqueles que consomem.

Alguns fatores são responsáveis pela expansão da demanda por alimentos limpos (e mudança de “hábitos” do consumo). Um primeiro fator pode estar na crise ecológica, ao provocar danos planetários (e consequências locais). Assim, a Revolução Verde com seus pacotes tecnológicos tornou impossível a sustentabilidade da produção e da natureza, pois expandir o cultivo de determinados commodities agrícolas está em contraposição à manutenção de biomas e áreas florestais (Caporal, 2006). É o caso da soja, por exemplo, pois à medida que sua produção cresce, afeta o bioma Cerrado.

Os questionamentos e as críticas ao primeiro fator, a maior compreensão e divulgação dos danos ambientais e à saúde humana nas últimas décadas permitiram à sociedade procurar por hábitos de vida mais saudáveis, para o prolongamento da idade, assim como o bem-estar físico e mental. Tais fatores impulsionaram a demanda por produtos orgânicos ou agroecológicos. Mas, a forte ideia da possibilidade de destruição dos ecossistemas naturais (e concomitante a desaparecimento de nossa espécie), em razão do modo de produção intensivo no uso de ecossistemas e recursos naturais (e degradação deles), atrelada a uma massificação de informações, levaram muitas pessoas a desenvolver a consciência de que uma mudança de paradigma é necessária.

No entanto, essa é uma discussão longe de acabar. Pois assim como há várias razões para consumir produtos de base ecológica (qualidade, durabilidade, sabor, bem-estar, saúde), há outros que ainda inibem o consumo, como: falta de informações e dificuldade no acesso aos locais de comercialização; a procedência e certificação; se os produtos que estão sendo consumidos são orgânicos, principalmente os vendidos em feiras; preços maiores do que os provenientes da agricultura convencional, mesmo sendo vendidos nas feiras e espaços diretamente pelo produtor.

Um outro ponto, é o costume de muitos em manter hábitos que consideram uma forma de consumir de maneira higiênica, pois para estes bastaria manipular bem os alimentos, principalmente leguminosas, folhosas, frutas e tubérculos, adotando hábitos de limpeza e conservação adequados para possibilitar o consumo humano¹.

Todavia, dentro dessa discussão por novas formas de manejo e cultivo que possam equilibrar o meio ambiente e os hábitos de consumo da sociedade, nem todos os métodos e as técnicas agrícolas que visam o resultado de produto saudável ou limpo atendem aos princípios agroecológicos. Numa primeira percepção, não parece prejudicar o desenvolvimento da produção agrícola de base ecológica. Mas, com certeza, torna-se um entrave na melhor aplicação das políticas, e também, na percepção da procedência e formas de manejo dos produtos, pois nem todos os produtos orgânicos utilizam cultivos adequados, que, muitas vezes, podem prejudicar o solo e o meio ambiente.

Esse artigo teve como objetivo realizar uma análise teórico-histórico que se inicia com a necessidade de construir e compreender quem são os agricultores familiares dessas feiras agroecológicas, logo, discutimos seus aspectos históricos, conceituais e abordamos as

¹ Há um costume em deixar os alimentos em uma solução de água com um pouco de água sanitária, que para muitos resolveria a questão de tornar o alimento mais limpo, inclusive eliminando algum tipo de resíduo.

questões que tenham influenciado na constituição e organização dessa categoria social, bem como relacionando a expansão do interesse por alimentos saudáveis e ecológicos no atual cenário econômico e social.

O percurso metodológico teve base em levantamentos teóricos e histórico-científicos sobre o desenvolvimento da agricultura familiar e as feiras agroecológicas, por meio de coleta de informações em publicações, documentos e sites institucionais de organizações sociais, associações e instituições públicas. Uma base empírica de informações e análises também é abordada pelos trabalhos de pesquisa do autor em campo em diversas feiras e espaços de comercialização de agricultura familiar.

Nas próximas seções delinea-se sobre alguns dos aspectos históricos de surgimento das feiras de agricultura de base familiar, como o processo de valorização da produção, renda e trabalho, a ressignificação do conceito do ser agricultor familiar, bem como a modernização agrícola e o desemprego no setor também foram disruptivos para uma crítica e estímulo a uma expansão pelo consumo de alimentos saudáveis, naturais e orgânicos. Por fim, desenvolver para compreender mais sobre os agricultores familiares nas feiras agroecológicas atuais e algumas características desses espaços no Brasil.

2 Aspectos teórico-históricos da agricultura familiar e surgimento das feiras de base agroecológica no Brasil

Em nosso estudo percebe-se que há um percurso que antecede o surgimento das feiras de orgânicos em várias localidades e cidades urbanas do Brasil. Ele cruza e/ou é influenciado por vários processos históricos e conjunturas políticas e econômicas, locais e nacionais, e até internacionais. Vamos buscar mostrar alguns desses pontos e cenários para podermos delinear e discutir como contribuíram não apenas para a criação de feiras, mas também na sua consolidação no calendário das famílias produtoras e consumidoras.

O percurso foi gradativo, das primeiras feiras estabelecidas no final dos anos 1980/1990 e até a recente e rápida expansão delas – dos anos 2000 em diante – por vários bairros e localidades nas principais capitais e/ou cidades do Brasil. Foram mais de duas décadas. Porém, precisamos compreender onde antes estavam esses agricultores familiares. Como produziam e comercializavam? Que fatos e fatores os levaram a mudarem suas práticas e perceber a potencialidade desse nicho de mercado?

Pode-se inicialmente responder que antes estavam distantes e dependentes de uma prática na economia de mercado encadeada em várias etapas. Mas progressivamente, aqueles agricultores familiares que transitaram de um cultivo de base ecológica encurtaram esse processo, numa abordagem de venda direta, por meio das feiras, para os consumidores na própria vizinhança de um bairro.

Essas experiências foram motivadas por um conjunto de fatores. Examinou-se alguns deles nos tópicos abaixo. Apresenta-se um ou mais cenários para comparar e explicar o porquê das escolhas e mudanças de parte desses agricultores familiares entrevistados para um outro tipo de manejo, que requer não apenas uma transição do tipo de cultivo, mas também das relações de trabalho, família, renda e consumo. Ou, de outra maneira, são pontos que nos auxiliaram a compreender a figuração desses feirantes.

A respeito dos tópicos abaixo, percebe-se que as situações colocadas e comparadas não estão sempre focalizadas no tempo passado, pois vários dos tópicos e situações ainda existem/persistem, e neles vários campos de forças de conflito e resistências por parte dessas famílias configurando o que na perspectiva de Bourdieu poderia ser entendido como um campo de lutas envolvendo agricultores domésticos e agentes do mercado (Bourdieu, 2007). Até porque transitar de um cultivo convencional e um modelo de comercialização dependente

da agricultura capitalista realizado por décadas, para outro, com um manejo agroecológico e de venda por meios de práticas solidárias pode ser mais difícil e longo para muitos.

Porque há mais além de mudanças no tipo de plantio para evitar agrotóxicos ou práticas que prejudiquem o meio-ambiente, e até mesmo para obterem aumento de renda e evitar os atravessadores, ou seja, precisamos observar todo esse conjunto de mudanças, como um processo contínuo de aprendizado e uma alternativa de vida.

Essa aprendizagem é parte de um processo de questionamentos e mudanças de práticas nas formas de trabalhar, conviver e consumir. Inclusive muitos destacaram repetidamente nas entrevistas o “conhecimento” como expressão que representa a mudança ocorrida, ou seja, os agricultores que incorporaram a agroecologia como prática de produção e aprendizagem adquiriram uma nova percepção, sabem que fazem melhor e diferente em relação a antes. A transição agroecológica também significa na sociologia eliasiana (Elias, 1994) que o processo de figuração desses agricultores feirantes é histórico e contínuo.

2.1 Valorização da produção, renda e trabalho do agricultor familiar agroecológico

Os estudos de Palmeira (2014), Leite et al. (2007) e Balsadi (2001) demonstram que a renda de agricultores familiares no início dos anos 1990 era menos da metade de um salário mínimo, pois as opções de trabalho ou canais de comercialização eram escassas e pouco atrativas no meio rural. E, como mencionamos antes, dependiam de outros para que a produção escoasse e gerasse alguma renda para eles, sobretudo considerando a volatilidade dos preços e das demandas do mercado.

Também trabalhavam para os outros por meio de diárias ou contratos. Há outras formas que podemos também exemplificar, mas nos relatos das entrevistas de campo, essas duas foram as principais modalidades mencionadas. O diarista não requer contrato formal, apenas verbal. Ainda é bastante comum as situações em que vários agricultores contratam quando podem e necessitam para desenvolver suas atividades. Esse trabalhador rural temporário ganha por dia ou semana. Ele faz parte de um segmento de trabalhadores que ou não tem propriedades, ou as propriedades que possuem não lhes suprem as necessidades de forma suficiente. Tais restrições podem ser resultados do limitado tamanho da propriedade ou da qualidade do solo, da falta de água ou do tipo de produto que impede obter ganhos mínimos que possam lhes prover a subsistência. Logo, para uma parcela significativa de moradores desses sítios o trabalho temporário é a principal alternativa de renda.

Por exemplo, se comparar a pesquisa de Araújo, Lima e Macambira (2015) realizada em 2012 em Recife-PE, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, observa-se que até agora não houveram tantas mudanças nos valores dessas diárias, geralmente variando de 40 a 60 reais. O que demonstra não se constituir numa atividade que projeta maiores ganhos. De qualquer modo ela garante uma renda que pode variar de 960 a 1.400 reais, mas sem carteira² ou garantias de uma longa permanência; até porque, há bastante oscilação na produção e/ou comercialização em certos períodos³.

Muitos agricultores familiares que optam pela agricultura convencional também focam suas vendas para algum Centro de Abastecimentos e Distribuição (Ex.: Ceasas), geralmente por meio de intermediários/atravessadores ou eles são até os próprios atravessadores, ou seja,

² Muitos trabalhadores do campo, possuem trabalhos, mas sem o registro formal, com carteira, ficando a margem dos direitos trabalhistas, logo sujeitos a questões relacionadas ao trabalho sazonal, precarização das condições de trabalho.

³ E alguns agricultores comentaram que os diaristas preferem esse tipo de vínculo sem carteira, ou sem garantia de direitos trabalhistas. Isso pode ser em parte explicado por não se querer perder benefícios sociais, como o Bolsa Família.

produzem e ainda levam de outros produtores da região. Geralmente esse tipo de produção é caracterizada pela monocultura.

Afora que nesses cenários, as famílias não se limitam às ocupações rurais, como já percebido por Veiga (2012) e Graziano da Silva (1996). Há diversas famílias agricultoras que são pluriativas, ou seja, com membros que trabalham em outras atividades de renda não-rural. Por exemplo, empregos públicos, motoristas, mototaxistas, comércio, serviços, vendedores, construção civil, ou outros tipos de trabalhos que houver na rua⁴ ou na cidade⁵. Inclusive muitos migram ou migraram para essas regiões urbanas ou para outros municípios, geralmente por optarem pelo critério de serem de maior nível de renda.

Ainda há aqueles que trabalhavam nas suas próprias terras como fornecedores de cana. Acostumados a vender de forma garantida anualmente sua produção por 2 mil reais ou mais para as usinas, demoraram para mudar o tipo de cultivo e produzir alimentos orgânicos para vender em feiras, e assim obterem uma renda maior.

Essas mudanças ocorreram por várias estratégias. A primeira que podemos destacar foi o trabalho das assessorias técnicas de ONGs, que por meio de projetos ou formações conseguiram incentivar a mudança de práticas de alguns agricultores. Os exemplos e esforços desses pioneiros foram valorizados pelas relações de proximidade entre laços de vizinhança e/ou parentesco, ajudando a convencer por meio de conversas e demonstrações práticas, que o novo manejo era uma opção econômica viável. Pois há sempre alguma reticência nas decisões sobre mudança, por estarem acostumados com um modo de vida e trabalho tradicional. Por mais que pudessem criticar consideravam um risco mudar o regime de trabalho.

O incentivo dos vizinhos, o tempo e a demonstração que estes obtinham com ganhos de renda maiores na comercialização nas feiras orgânicas nas capitais ou municípios das Regiões Metropolitanas demonstraram que a mudança poderia ser satisfatória. Não desconsideramos aqui outros fatores, mas os ganhos econômicos são uma motivação necessária.

Podemos também destacar ainda nesse tópico que trabalhar e vender produtos orgânicos para atravessadores ou em feiras livres não era uma possibilidade interessante, pois não havia preços atrativos. Porque nesses mesmos canais, o produto orgânico não era considerado diferente dos convencionais. O mercado desconsiderava todo manejo, trabalho e princípios da agroecologia. Ainda assim, continuar na agricultura convencional não era opção para os agricultores que tinham iniciado o processo de transição agroecológica e que não tinham a intenção de deixar seu trabalho e produto desvalorizados nos mercados tradicionais.

A mudança não estava ocorrendo apenas no trabalho e formas de renda, pois havia mudado a própria ideia do que era esse novo rural e agricultor familiar. Inclusive o conceito de pequeno foi suprimido e substituído pelo familiar. A categoria agricultura familiar seria mais abrangente, não se limitando a um tipo de trabalho realizado pela figura masculina, passando a integrar outras configurações como aquelas das mulheres e jovens.

2.2 Ressignificação do conceito de agricultor familiar campesino

A própria definição dessa categoria – agricultura familiar ou agricultores familiares –, que substitui os termos *posseiros*, *roceiros*, *caboclos*, *pequenos* ou *caipiras*, redefinir o que era o trabalhador rural e agrícola num campo de relações plurais e também conflituosas (Martins, 1986). A montagem para categorizá-la encaixou parte dessas novas visões, forças e histórias. Podemos sugerir que elas ainda não estão plenamente consolidadas, pois esse processo de transformações, ressignificações e revisões sobre o agricultor familiar no espaço

⁴ O termo “rua” significa para eles a área urbana do município.

⁵ Geralmente estão se referindo a capital ou principal cidade da região.

*rurbano*⁶ é contínuo. Inclusive parte do nosso estudo busca perceber essas mudanças na atualidade.

Mobilizações como as Ligas Camponesas, Movimentos de Campesinato, de Trabalhadores Rurais Sem-Terra e Sindicatos Rurais entre os anos 1960 e 1980, além de outras articulações foram essenciais para que os trabalhadores fossem vistos não apenas como obreiros de pequenas propriedades, mas como um conjunto/coletivo que tinha peso político e social relevante, não apenas no espaço rural, mas também no urbano, que explica a diversificação da produção de cultivos alimentícios.

Picolotto (2014) destaca a representação de duas entidades para esse processo de reconhecimento da agricultura familiar. A primeira é a criação no fim dos anos 1990 das Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf)⁹, a primeira direcionada especificamente a essa categoria. A segunda, um pouco mais antiga, a Contag, foi criada em 1963, portanto, uma das primeiras organizações do sindicalismo rural.

Inicialmente, a Contag era denominada de Confederação Nacional dos *Trabalhadores na Agricultura* e depois passou a ser chamada de Confederação Nacional dos *Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares*. Desse período em diante outras organizações foram criadas dentro desse bojo de características e definição da agricultura familiar. Mas essa própria alteração de nome resgata também parte da história desses movimentos que já usaram ou usam diversos termos na definição de suas representações. Logo, há uma busca pela atualização e maior necessidade de ampliar a representatividade daqueles movimentos a ela vinculados.

No cenário atual, a incorporação da categoria agroecológico também tem sido percebida no acréscimo, alteração ou formação de vários nomes de associações, cooperativas, sindicatos, empreendimentos, entre outros, que não apenas alteraram ou registraram para acompanhar uma tendência, mas também buscaram incorporar nos estatutos e nas práticas um aspecto que abrange melhor a proposta praticada por esses grupos de produtores.

Sobre o reconhecimento do Estado, podemos destacar o ano de 1995, importante ponto de inflexão na criação de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. Porque neste ano foi criado o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa do Governo Federal buscou atender diversas reivindicações e necessidades das comunidades rurais com mão de obra familiar, como o financiamento à produção, modernização, industrialização e ampliação dos serviços agrícolas para gerar trabalho e renda. Outras políticas de assistências técnica e extensão rural, crédito, reforma agrária foram paulatinamente implementadas nos anos 1990.

Contudo, uma norma legal que reconhecesse e definisse o que era a agricultura familiar e suas correlações só veio em 2006, com a Lei nº 11.326 (ainda que o conceito aparecesse em outras regulações, editais e políticas). Mais ou menos nesse período, entre os anos de 2003 a 2018, houve maior celeridade e ampliação de políticas, ações e estudos para essa categoria, mudança na gestão do Governo Federal, por um grupo político mais progressista e alinhado com essas pautas. Mas como podemos perceber nessa breve análise, o progresso desse reconhecimento foi realizado apenas por etapas nas últimas décadas, especialmente nas décadas de 1990 e 2000.

Ainda que os agricultores familiares fossem descritos como pequenos e atrasados tecnologicamente, estes não estavam desaparecidos ou isolados da dinâmica econômica e social. Seu tipo de produção e os cultivos eram/são parte da base alimentar da sociedade. Pois, muitas culturas eram de pouco interesse para o agronegócio e inapropriados para mecanização

⁶ O uso desse termo remete a transformação da forma como a produção agrícola de agricultores familiares se estendeu de forma direta para os espaços urbanos e transforma essa prévia dicotomia num processo integrado entre ruralidade e urbanidade definida pela categoria do trabalho.

agrícola. O agronegócio preferiu focar na produção monocultora exportadora, mais lucrativa, e que também gera um grande encadeamento de produtos a montante e jusante, que corresponde a aproximadamente 25% do PIB do Brasil (CEPEA-Esalq-USP, 2018).

Como esses ‘pequenos agricultores’ foram reconhecidos como de base familiar? Entre as respostas está, por um lado, a percepção de uma nova dinâmica pluriativa de trabalho e renda nas atividades agrícolas e não-agrícolas, e, por outro, a dicotomia rural e urbana não expressando as realidades locais. Os movimentos rurais entenderam que o termo “familiar” espelharia tanto o trabalho agrícola que era essencial entre membros da família, como também a renda não-agrícola nas casas era composta também por familiares.

As próprias ocupações rurais não-agrícolas são resultado desse processo de aproximação, do urbano que transborda para o rural, a partir de processos de industrialização agrícola. Surgiram novas oportunidades e dinâmicas sociais e econômicas antes percebidas apenas em espaços urbanos, mas que agora adentram no rural, o que gera novos dinamismos de trabalho e vida (Wanderley, 1996).

A expansão desse tipo de ocupação gerou resultados para o aumento da renda das famílias rurais, pois se tornou parte da estratégia de sobrevivência à pluriatividade. Hoje, muitos vivem principalmente desse tipo de renda composta. E a ocupação agrícola virou um trabalho para complementação de renda ou autoconsumo. Mesmo que eles não vendam o que produzem, uma poupança se faz ao se evitar comprar outros tipos de alimentos, contribuindo com a renda familiar.

2.3 Modernização agrícola e desemprego

O agronegócio surgiu como um setor sistêmico, que envolve, a montante e a jusante, diversas operações de produção, armazenamento, processamento, distribuição e consumo de produtos agrícolas ou relacionados. Alinhado a ela está a modernização agropecuária, que no Brasil, entre os anos 1950 e 1960, iniciou com a introdução de pacotes tecnológicos, como mecanização e insumos químicos, para aumentar a produção, orientando o modelo agrícola para grandes produções e commodities para exportação.

A agropecuária industrial exportadora é colocada como aquela que seria capaz de gerar divisas por meio de exportações, atender às demandas da indústria (matéria-prima) e comércio, além de prover alimentos para os grandes centros urbanos e metropolitanos, afora que gera recursos ao Estado por meio de impostos e taxas (Accarini, 1987).

Essa premissa é discutida e ilustrada em vários livros universitários de Economia Rural, como também nos discursos políticos, de modo a colocar o setor agropecuário como aquele habilitado a atender às demandas principais da sociedade e do Estado, posicionando a agricultura familiar com um setor subordinado a esse (Kageyama, 1990).

O processo de modernização agropecuária expandiu e inovou, aumentou a produtividade e produção, principalmente as exportações. No entanto, sem visualizar além do agrícola, não enxergou o espaço rural como território que faz mais do que produzir alimentos e matérias-primas, também não percebeu a agricultura familiar como algo mais do que mão-de-obra. Portanto, há nesse espaço uma dualidade econômica e social, ou seja, um território sócio-histórico de conflitos, complexidades e interações sociais; mas que também é um espaço de vida e trabalho de uma agricultura familiar campesina (Wanderley, 1996).

A agricultura familiar sempre esteve presente, enquanto a modernização agrícola ocorria. Adaptou-se e atuou no processo da sua própria experiência nesse espaço rural, embora guardando certa invisibilidade.

Esse setor agropecuário capitalista é modelado por características como a monocultura, latifúndios, baixos salários, alta mecanização substituta de trabalho, alta tecnologia, homogeneizadora, grande volume de produção, financeirização, e como já

destacado, direcionado às exportações e ao setor industrial. Também é concentradora de capitais e terras no meio rural (Martine, 1991).

A agricultura familiar, no período inicial da modernização agrícola, não podia fazer frente ao setor agropecuário capitalista, em razão da pouca ou ausência de assistência técnica, projetos, crédito e recursos, afora a dependência das condições edafoclimáticas para garantir uma boa produção, ou, ao menos sua subsistência. Apesar disso, ela teve/tem um papel importante no abastecimento, pois atende parte significativa dos mercados locais e diversificação produtiva, além de que gera mais ocupações agrícolas.

As mudanças a partir da modernização agrícola ocorreram principalmente para grandes proprietários de terras, gerando uma maior concentração de terras. Uma das consequências desse processo foi a migração em massa de milhares, entre as décadas de 1940 e 1970, oriundos da zona rural, especialmente do Nordeste brasileiro, para os centros urbanos, no Sudeste, em particular o Estado de São Paulo (Fusco; Ojima, 2015).

Um dos motivos é que muitos foram despojados das terras nos quais gerações de suas famílias viveram antes. A modernização no campo teve um papel fundamental para avanços no agronegócio exportador brasileiro, no entanto, estava aliada (e direcionada) ao advento do crescimento econômico no meio urbano-industrial, com maiores níveis de renda, em detrimento das condições de vida e trabalho no meio-rural.

Outro motivo foram os fenômenos climáticos adversos, como a Seca, principalmente no Semiárido brasileiro que somada à falta de políticas e tecnologias para os agricultores familiares, também estimularam a saída de milhões de famílias.

Não era mais viável no modelo modernizador um tipo de trabalhador sem qualificação e de baixa produtividade, requisitos vistos como centrais para uma produção exportadora. Quantos aos que ficaram, teriam que se submeter à sazonalidade da produção agrícola e baixas remunerações, ou ainda, viver de uma agricultura de subsistência.

As políticas econômicas desenvolvimentistas eram pautadas nos setores urbano-industriais. Mas não atenderam à grande demanda de empregos e outras necessidades dos migrantes, porque além dos trabalhadores terem baixa qualificação, não havia de fato empregos para todos. Kageyama (2008) e Martine (1991) destacam que o desemprego aumentou tanto no espaço rural quanto no espaço urbano.

A modernização mecanizada e química transformou a agricultura e suas terras com a adoção desses pacotes tecnológicos e também com a introdução de novos manejos, modificando os encadeamentos produtivos e o consumo final (Graziano da Silva, 1982). As cadeias de vários produtos agrícolas foram acrescentadas de várias etapas de industrialização, o que possibilita que grãos de soja, por exemplo, possam ser transformados em diversos outros produtos e/ou inclusos como ingredientes/compostos em outros. Novos hábitos alimentares foram incorporados à dinâmica da sociedade, porque facilitou aos consumidores a eficiência da distribuição por meio de supermercados de bens empacotados e industrializados, nem sempre nutritivos, e misturados a outros químicos.

Por fim, os resultados da modernização agrícola não foram revolucionários para os agricultores familiares e nem “verdes” para o meio ambiente. Pois suas práticas trouxeram sequelas como a contaminação dos solos e água, destruição de áreas florestais, prejuízos à saúde humana – tanto para quem trabalha quanto para os que consomem. Ademais observa-se que muitos agricultores tiveram dificuldades de abandonar e substituir esses métodos e práticas, depois de décadas na aplicação e costume que degrada a natureza e gera desigualdades sociais.

3 Expansão da produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos

A produção agropecuária moderna junto com a poluição nas cidades e indústrias trouxe sequelas ao meio-ambiente, de tal modo que virou debate de suma importância na sociedade. Isso contribuiu para adoção de medidas e mudanças na gestão de políticas, e principalmente, alterações nos modelos do ciclo de produção, distribuição e consumo, visando impactar na natureza e saúde humana em cada etapa, inclusive na coleta e tratamento do lixo.

Os economistas definem a ciência econômica como a gestão dos escassos recursos disponíveis (Mankiw, 2008). Mas precisamos perceber que grande parte deles são oriundos da natureza, pois, a maioria dos recursos não são renováveis ou reutilizáveis ou geraram algum efeito poluente numa das suas etapas de produção. Em todos os processos da cadeia produtiva, inclusive no consumo, geram-se danos ambientais em vários dos recursos ecossistêmicos, essenciais à vida, como, por exemplo, água, solo e ar.

O próprio modelo de cultivo monocultor e exportador gerou vários desses danos. Como, por exemplo, a destruição da vegetação dos biomas, favorecendo a expansão agrícola, como é o caso da soja nas áreas do Cerrado, gado na região Amazônica e cana-de-açúcar e café na Mata Atlântica. O Cerrado cobre cerca de 2 milhões de Km² (ou 1/4) de extensão do território brasileiro, mas segundo dados do INPE, já perdeu aproximadamente de 50% de sua cobertura. Já a Amazônia perdeu em torno de 20% dos seus mais de 5 milhões Km² (INPE, 2018).

O foco na produção de um único tipo de produto agrícola diminuiu a biodiversidade que havia ali, pois os tipos de cultivo e criação precisam de grandes extensões de terras, e a diminuição desses biomas afeta a flora e a fauna locais. Logo, são usados agrotóxicos, pesticidas e fertilizantes industriais que contaminam o solo, a água e o próprio alimento. Até pequenos e médios produtores, dado os efeitos da modernização e inovação tecnológica, também se apropriam dessas práticas de manejo e as aplicam em suas propriedades. Visam assim, o aumento da produtividade e lucros em detrimento da contaminação na natureza.

A destruição de parte dos biomas afeta vários tipos de plantas e animais, únicos naquele lugar. E a reversão é muito difícil, pois levaria mais anos do que aqueles que foram usados para degradar e desmatar. Mas há experiências que são realizadas com agrofloresta para produção de alimentos, como alguns casos de agricultores das feiras deste estudo, que apontam para resultados promissores.

O uso de químicos para o controle de pragas e adequação do solo também tem provocado doenças nos trabalhadores rurais, pois muitos desses são mais expostos a esses materiais. Segundo o DataSus (2019), de 2008 a 2017, 7.267 pessoas morreram em decorrência do uso do contato com pesticidas e agrotóxicos. E mais de 30 mil notificações foram feitas de intoxicação por agrotóxico entre 2004 e 2014. Quem consome esses alimentos também pode ser afetado indiretamente⁷. A expansão dessas feiras agroecológicas também insere o debate político e ético da segurança alimentar e nutricional, inclusive por uma alimentação saudável e sustentável.

A maior divulgação, pelas várias mídias sociais, dos efeitos nocivos ao meio ambiente e uma busca maior pela saúde do corpo têm modificado os hábitos de muitos indivíduos, em vários dos produtos que consomem ou de práticas que realizam. O surgimento de mercados e feiras orgânicas é parte dessa mudança. Mas não apenas para quem consome ou vive nas cidades. A discussão e mudança também ocorrem no meio rural, pois muitos trabalhadores, cansados e prejudicados por esse modelo, transitaram para a produção agrícola de base agroecológica porque sabem das consequências à sua saúde no outro modelo.

As feiras surgem em meio a esse contexto, no qual a sociedade passa a questionar mais o que come e se o alimento é algo que afeta o corpo e/ou o meio-ambiente. A transição

⁷ Ver também: Dossiê Abrasco (<http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (<http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos>) e Associação Nacional de Defesa Vegetal (<http://www.andef.com.br/>)

agroecológica também passa por esse caminho, não é apenas da maneira de cultivar, mas também da atitude e mudança de hábitos e práticas que revelam o alinhamento com os princípios agroecológicos.

O mercado e as práticas de manejo de produtos orgânicos podem ser observados em dois grupos. O primeiro, o objeto desta pesquisa, são os agricultores familiares de base agroecológica. Estes têm na sua base uma prática de produção de menor escala, pois é limitada pelo tamanho da propriedade, quantidade de trabalhadores (que geralmente são da própria família) e o tipo de manejo que exige mais tempo, cuidado e trabalho. O outro são as empresas no agronegócio que produzem alimentos orgânicos *in natura* e/ou processados/beneficiados, independente da escala. Elas são voltadas para exportação e venda em escala nacional para atender um nicho de mercado e cada vez mais ocupando gôndolas e corredores de supermercados, lojas especializadas (presenciais ou virtuais) e restaurantes.

A busca por alternativas de alimentos mais saudáveis e/ou produtos de menor impacto ambiental tem gerado diversas mudanças nas práticas empresariais e industriais. Ter processos produtivos que recebam certificações ou algum outro tipo de reconhecimento para colocar adjetivos de que esse bem ou serviço é natural, saudável, orgânico, ecológico, verde, entre outros, é uma premissa que está mudando, respondendo aos novos hábitos de consumo de uma sociedade que questiona e/ou reage a determinados produtos que geram algum tipo de efeito nocivo.

As feiras agroecológicas são também uma reação, pois se tornaram uma alternativa entre os tipos de mercados de alimentos onde a negociação é direta com quem produziu. Desse modo, é possível questionar a origem, qualidade, aparência, e se de fato o produto é orgânico trazendo mais benefícios à saúde, pois há um conjunto de fregueses que cada vez mais confia no que compra, e desse modo influencia outros. Embora, observa-se, há muitos que ainda questionam se é orgânico e outros que não se importam com sua procedência. Os motivos para ir a essas feiras são diversos, mas é nessa diversidade e reciprocidade que se constrói a confiança.

Os agricultores são parte fundamental nesse processo de reciprocidade, pois eles trazem o produto, o conhecimento e as experiências para partilhar. E recebem em retorno, o apurado, novos conhecimentos, relações e outras experiências, que foram trocadas nas feiras, e retornam com elas de volta às suas comunidades.

No mundo, a área utilizada para produção de orgânicos em 2000 era de cerca de 15 milhões de ha. Em 2017 esse número se aproximou de 70 milhões de hectares (ha). Uma variação de 367% ou uma média de 9% ao ano de crescimento. No Brasil essa variou cerca de 40% no mesmo período (FiBL, 2019). Em 2017 foram exportados mais de 7 bilhões de euros em orgânicos, sendo 126 mil euros foram do Brasil (ou aproximadamente 2% desse volume de comércio).

3.1 Agricultores familiares nas feiras agroecológicas

O acesso maior às informações e à integração dos mercados nacionais no contexto do processo de globalização resultou em mudanças significativas nas relações entre Estado, Sociedade Civil e o Mercado (Soares, 2006), entre elas, a oportunidade de crescimento e disseminação do consumo de alimentos com menos riscos à saúde e à natureza que antes eram restritos aos mercados locais. A comercialização de alimentos orgânicos produzidos localmente e de forma sustentável seguiu o aumento do consumo translocal, contribuindo para a emergência de uma globalização alternativa que valoriza o equilíbrio ambiental, que busca analisar as necessidades vitais humanas e a reeducação na ingestão de alimentos

organicamente produzidos. O desenvolvimento do manejo de base ecológica promove além dos benefícios comentados para o produtor e consumidor, a recuperação ou preservação de espaços ambientais por meio da aplicação de um agroecossistema de cultivo.

A agroecologia é um enfoque que “fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (Altieri, 2004, p. 21). Existe um grande debate acerca dos termos “orgânicos” e “agroecológico”, pois estes se tornam polissêmicos a depender da linha teórica ou da área científica. Usam-se também outras denominações como agricultura de base ecológica ou transição agroecológica (Caporal; Costabeber, 2007). Estas não devem ser confundidas, pois a concepção da agroecologia permeia as dimensões sociais, ecológicas, econômicas entre outras, cujos conceitos práticos buscam a mudança de atitude, formas de manejo dos recursos naturais e conservação ambiental.

Essa distinção é importante porque o que se observa é a origem do produto, tanto o orgânico quanto o agroecológico não usam químicos nocivos a vegetação e terra. Mas no primeiro “o agricultor orgânico pode continuar raciocinando e agindo segundo os métodos da agricultura convencional”, por exemplo, esse tipo de manejo pode utilizar áreas amplas com apenas um tipo de cultura (Aubin, 2018, p. 271). No caso do alimento que foi produzido de forma agroecológica, o agricultor “procura criar sinergias entre solo, as espécies e ele próprio” (Idem). A agroecologia é um processo relacional entre seres humanos e natureza.

Esta agricultura também serve de técnicas de cultivo e de manejo desde pesticidas naturais até adubos orgânicos que não degradam a natureza e nem aos seres humanos, principalmente no momento de consumir, ou seja, são produtos sem uso de elementos tóxicos. Mas segundo Caporal (2004), o manejo errado da utilização excessiva ou insuficiente de nutrientes e elementos para o fortalecimento da terra pode causar às vezes mais danos à terra e também aos alimentos.

A produção orgânica difere assim daquela de base ecológica. A primeira se limita a uma agricultura limpa, sem uso de agrotóxicos, mas sem o trato necessário para evitar os danos causados ao meio ambiente. Já a segunda, a partir do enfoque científico, busca promover além da transição agroecológica a equidade (e inclusão social), a estabilidade da produção e a sustentabilidade ambiental (Caporal; Costabeber, 2004; Altieri, 2004).

Isto pode ser observado por duas óticas: uma, pelos produtos orgânicos que expandem sua presença tanto nas bancas e galeias⁸ dessas feiras quanto em gôndolas de supermercados, refeições em restaurantes, entre outros locais de comércio. A segunda ótica diz respeito à presença física desses produtores, por meio das feiras e espaços agroecológicos espalhados por vários bairros de capitais e outras metrópoles ou localidades urbanas, em geral, aqueles bairros de maior renda ou que tenham instituições públicas.

O conceito/termo “alimento orgânico” no uso comum não tem para muitos, distinção do agroecológico, ainda assim, é importante diferenciarmos. Podemos compreender e usar o conceito de produto orgânico como sendo o simples alimento que não usou agrotóxico ou foi geneticamente modificado. Geralmente esses tipos de produtos se encontram mais em prateleiras de um supermercado ou lojas, e os agroecológicos estão mais presentes nas barracas dos agricultores familiares das feiras. Desse modo, iremos usar esse conceito da agroecologia, assim como sua base teórica e metodológica para discutir e explicar muitos dos processos e práticas nessa tese sobre as feiras e agricultores, inclusive nos casos que analisamos feiras que se autodenominam de “orgânica”.

3.2 As feiras agroecológicas no Brasil

⁸ Caixa contendoras (cestas) usadas para colocar diversos tipos de mercadorias.

Abordamos até aqui questões referentes às mudanças na produção e ocupação no meio rural, o significado da categoria agricultura familiar, a discussão sobre a modernização agropecuária e alguns dos seus efeitos; e por fim, a expansão da produção e do consumo de alimentos orgânicos. Esses pontos são importantes para explicar mais adiante a formação de feiras agroecológicas no meio urbano. Mas, se formos analisar a origem e o desenvolvimento de feiras agroecológicas ou mesmo livres em outras regiões e localidades do Brasil, haverá aspectos e questões diferentes a serem considerados e debatidos.

Desse modo, há outros pontos que não podemos deixar de abordar, pois a conjuntura e/ou cenários contribuíram também para favorecer de algum modo o desenvolvimento da agricultura familiar e comercialização de produtos agroecológicos. Iremos brevemente mostrar alguns desses tópicos.

Um tópico importante foi a conjuntura econômica e social no país, nos anos 1990. Nesse período, as primeiras feiras agroecológicas surgiram dentro de um contexto socioeconômico de relativa estabilização econômica (moeda e comércio aberto), abertura política e social (expansão das ações, movimentos e grupos que reivindicam por mudanças sociais) e uma importante trajetória histórica de percalços e avanços que podem ser traçados desde os anos 1970.

O cenário de redemocratização (pós-1985) reavivou ou criou nos anos 1980 e 1990 diversas ações articuladas por movimentos sociais, ONGs e outras instituições públicas e privadas de fomento ao desenvolvimento social, que buscaram principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 retomar o espaço temporal e social perdidos durante o Governo Militar (1964-1985).

Foi no cenário do Governo Militar, ainda nos 1970, que foram realizadas ações por parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que contribuíram com a mobilização do campesinato brasileiro, e por sua vez, semeou algumas bases para o movimento agroecológico. Nos anos 1980, após analisar experiências alternativas bem-sucedidas, surgiram em contraponto a Revolução Verde, movimentos de técnicos, agricultores, estudantes, entre outros autores, avançando na realização de ações para promover a chamada agricultura alternativa.

O Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), coordenado pela Federação para Assistência Social e Educacional (Fase), foi um ponto fundamental nesse processo. Neste projeto encontram-se as primeiras bases que influenciaram a criação de várias organizações e formação de muitos técnicos e agricultores.

Nos 1990 surgiram outros movimentos, instituições e projetos alinhados à proposta de agricultura ecológica, em contraponto aos métodos difusionistas. Mas a articulação delas e a organização de redes promovem ações para que o Estado compusesse em suas agendas projetos e legislação que atendesse às necessidades da agricultura familiar e agroecológica. Foi nesse bojo que surgiu ainda nessa década o Pronaf e o Agroamigo.

Esses avanços nas técnicas de cultivo trouxeram consequências interessantes. Os agricultores beneficiados por essas ações, tinham poucas alternativas para escoar seus produtos, nenhuma delas possibilitando uma renda maior e/ou que valorizasse o produto orgânico e o trabalho dos mesmos. Porque no tipo de mercado existente, com intermediários ou em feiras livres, os atravessadores pagam baixo e variam conforme a oscilação de preços, logo, o agricultor fica com uma parcela pequena do seu próprio trabalho. Vale lembrar que nesse tipo de mercado, como também nas feiras livres, os produtos não eram diferenciados, seja orgânico ou convencional, para os compradores.

As feiras de agricultores familiares expandiram o acesso ao consumo de alimentos saudáveis, mas também a discussão e divulgação sobre segurança alimentar e nutricional, especialmente por estimular criação de programas que visam abranger a garantia da soberania

alimentar nas escolas e ações sociais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos têm por objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social e estudantes da rede pública de ensino, além de prover uma segurança de renda aos agricultores familiares.

Além destes, existem outros programas importantes para o desenvolvimento sustentável ou agroecológico que são baseados nas leis da agricultura familiar, lei da agricultura orgânica, entre outras normas-chaves. Os programas e projetos são criados objetivando aplicar as diretrizes estabelecidas, e desse modo, foram autorizados a desenvolver ações que visem melhorar as condições das famílias de agricultores e de consumidores.

Considerações finais

Podemos a partir dessa discussão histórica compreender mais sobre a trajetória dos empreendimentos rurais organizados por famílias de agricultores que produzem alimentos sem agrotóxicos. Pois, ainda que no Brasil, há concentração fundiária de cerca de 79% de seus territórios agrícolas para estabelecimentos rurais com mais de 100 hectares⁹, os quais são dominados pelo agronegócio que utiliza predominantemente agrotóxicos e outras práticas prejudiciais ao meio ambiente (IBGE, 2006).

Os produtores familiares são responsáveis pela segurança alimentar e nutricional de parte dos itens alimentícios que chegam às mesas das famílias dos consumidores. De acordo com o IBGE (2006), esses agricultores são responsáveis por cerca de 67% do feijão, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. Eles ocupam pouco mais de 30% da área total dos estabelecimentos rurais, mas respondem por 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura (IBGE, 2006). Além disso, dentre esses agricultores familiares, há um número significativo que comercializa e divulga produtos agroecológicos ou orgânicos nas regiões metropolitanas frente ao grande número de supermercados e atacados que comercializam produtos alimentícios que têm sua produção controlada por holdings que formam grandes oligopólios. Portanto, estudar esses empreendimentos rurais familiares de base agroecológica é buscar compreender a dinâmica de uma lógica anti-utilitarista frente a um sistema utilitarista, e de que forma essas concepções influenciam na cultura, nos costumes e nas relações sociais.

Logo, a permanência do agricultor familiar no campo, meio rural ou roça não é dependente do destino da modernização, e sim de suas escolhas, que são influenciadas e integradas por diversas variáveis internas e externas, mas que envolvem as condições de vida, projetos familiares, relações com a sociedade e expectativas que são geradas.

Referências

Accarini, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

Altieri, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em:
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agroecologia%20-%20A%20din>

⁹ Esses estabelecimentos agrícolas representam cerca de 9,6%, enquanto aqueles com até 10 hectares representam 50% e concentram apenas 2,4% da área total (IBGE, 2006).

%C3%A2mica%20produtiva%20da%20agricultura%20sustent%C3%A1vel%20-%20Miguel%20Altieri%20-%20Editora%20UFRGS,%202008.pdf. Acesso em: 24 mar. 2011.

Araújo, T. P.; Lima, R. A.; Macambira, Júnior. **Feiras agroecológicas**: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

Aubin, Ludovic. O paradigma agroecológico e as crises da sociedade contemporânea: contribuições socioantropológicas nas perspectivas da teoria mimética. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p. 270-294, agosto 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/51341>. Acesso em: 28 Set. 2018.

Balsadi, Otávio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, Jan. 2001 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2019.

Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 337-361.

Caillé, Alain. Don. In: Cattani, A. D.; Coraggio, J. L.; Laville, J. L. **Diccionario de la otra economía**: lecturas sobre economía social. Buenos Aires, Altamira, 2009. pp. 115-120.

Caporal, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: Tavares, Jorge Roberto; Ramos, Ladjane. **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006.

Caporal, Francisco Roberto; Costabeber, José Antonio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

Caporal, Francisco Roberto; Costabeber, José Antonio. **Extensão rural e agroecologia**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio brasileiro**. São Paulo, CEPEA/ESALQ/USP, 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 13 Maio 2019.

DATASUS. **Intoxicação exógena**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defctohtm.exe?sinanet/cnv/Intoxbr.def>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Elias, Norbert. **O processo civilizador**. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. pp 9-64.

FiBL STATISTICS. **Data on organic agriculture world-wide**. IFOAM Organics International. Disponível em: <https://statistics.fibl.org/world.html>. Acesso em: 01 Mar. 2019.

Fusco, Wilson; Ojima, Ricardo. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In: Ojima, Ricardo; Fusco, Wilson (Org.). **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015, v. 1, p. 11-26

Graziano da Silva, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

Graziano da Silva, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas. Instituto de Economia – UNICAMP. 1996, 217p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – 2006/2017**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto Monitoramento Cerrado**. Brasília: OBT-INPE, 2018a.

Kageyama, Ângela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, Guilherme Costa; Gasques, José Garcia; Villa Verde, Carlos Monteiro (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990. pp. 113-223

Kageyama, Angela. **Desenvolvimento Rural**: Conceito e aplicações ao caso brasileiro. – Porto Alegre, UFRGS Editora, 2008.

Leite, Sérgio Pereira et al. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Economia Ensaios**, v. 22, p. 41-60, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/download/1574/1393/0>. Acesso em: 27 Mar. 2019.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, Mar. 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>. Acesso em: 03 Set. 2019.

Martins, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

Martins, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 73, Dezembro 2005. pp. 45-66. Disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2016.

Palmeira, Moacir. Feira e mudança econômica. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília. v. 11, n. 1, p. 285-323, Junho, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412014000100010>. Acesso em: 14 Abr. 2019.

Picolotto, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>. Acesso em: 02 Fev. 2019.

Soares, Guilherme. Desenvolvimento Local e territorialidade. In: Tavares, Jorge Roberto; Ramos, Ladjane. **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006.

Veiga, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma Visão Histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: João Carlos Tedesco. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. **XX Encontro Anual da Anpocs**. G 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG, Outubro, 1996 Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2016.